

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Informações gerais

A Technos S.A. (a "Controladora" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto e está sediada na cidade do Rio de Janeiro - RJ - Brasil. A Companhia foi constituída em 6 de dezembro de 2007 e entrou em operação em 8 de janeiro de 2008. Seu objeto social é a participação em outras sociedades, no país ou no exterior. Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia detinha participação de 100% no capital da Technos da Amazônia Indústria e Comércio S.A. ("TASA"), no capital da SCS Comércio de Acessórios de Modas Ltda. ("SCS") e no capital da SCS 2 Comércio de Acessórios de Modas Ltda ("SCS 2"), empresas consolidadas nessas demonstrações financeiras (conjuntamente "Grupo"). O Grupo tem como atividade principal a fabricação e distribuição no atacado de relógios de pulso.

2 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 31 de março de 2020.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Sazonalidade

A Companhia não opera com impactos sazonais significativos durante o período, entretanto, no mercado interno, em geral, no quarto trimestre a demanda é mais forte do que nos demais trimestres, em razão das celebrações comemorativas de Natal.

2.2 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Technos S.A. e de suas controladas diretas e indiretas, conforme descrito na Nota 9, denominadas Grupo. O controle é obtido quando o Grupo estiver exposto ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida. Com exceção do resgate das ações de não controladores, também mencionado na Nota 10, a Companhia não apresentou outras alterações de participações em empresas consolidadas nem nas bases para consolidação no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, portanto são as mesmas utilizadas em 31 de dezembro de 2018.

O Grupo avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle. A consolidação de uma controlada tem início quando o Grupo obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando Grupo deixar de exercer o mencionado controle.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores do Grupo, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis do Grupo. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros do Grupo, são totalmente eliminados na consolidação.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora a ser reconhecida é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo. O percentual de participação nas empresas do grupo está disposto na Nota 9.

A empresa líder do Grupo é a Technos S.A., sediada no Brasil, onde negocia suas ações na bolsa de valores de São Paulo (BM&FBovespa). Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o Grupo não possuía empresas controladas em conjunto ou coligadas.

2.3 Apresentação de informação por segmentos

A administração da Companhia analisou e concluiu que para fins de divulgações nessas demonstrações financeiras, em função da estrutura do Grupo e das informações utilizadas para tomadas de decisão e avaliações de desempenho ser elaboradas considerando os resultados do Grupo como um todo a Technos S.A. possui somente um segmento.

2.4 Conversão de moeda estrangeira

a. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais ("R\$"), que é a moeda funcional da Companhia e de todas as suas controladas diretas e indiretas exceto pela controlada indireta MVT Limited cuja moeda funcional é o dólar de Hong Kong. A moeda de apresentação do Grupo também é o real.

Os ativos e passivos das controladas diretas e indiretas no exterior são convertidos para reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio da data das transações. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido. No momento da venda de uma controlada no exterior, o valor diferido acumulado reconhecido no patrimônio líquido, referente a essa controlada no exterior, é reconhecido na demonstração do resultado.

Eventual ágio na compra de uma controlada no exterior após 1º de janeiro de 2009 e eventuais ajustes a valor justo dos valores contábeis dos ativos e passivos resultantes da aquisição são tratados como ativos e passivos da controlada no exterior e convertidos na data do fechamento.

b. Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. O Grupo considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.6 Ativos financeiros e passivos financeiros

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a Valor Justo por Meio de Resultado (VJR):

- (i) é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a Valor Justo Através de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- (i) é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- (ii) seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, o Grupo pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em Outros Resultados Abrangentes (ORA). Esta escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requerimentos para ser mensurado ao custo amortizado ou como VJORA como VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria (opção de valor justo disponível no CPC 48 / IFRS 9).

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo que seja inicialmente mensurado pelo preço da transação) é inicialmente mensurado pelo valor justo, acrescido, para um item não mensurado a VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição.

2.6.1 Classificação

As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros:

Ativos financeiros mensurados a VJR

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado

Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método do juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida ao VJORA

Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método do juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em resultados abrangentes. No desreconhecimento, o resultado acumulado em resultados abrangentes é reclassificado para o resultado.

Instrumentos patrimoniais ao VJORA

Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em resultados abrangentes e nunca são reclassificados para o resultado.

2.6.2 Reconhecimento e mensuração

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

2.6.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

2.6.4 Redução ao valor recuperável (Impairment)

Ativos financeiros com problemas de recuperação:

Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação.

Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- Reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;

- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial:

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

2.7. Ativos mantidos para venda

Os ativos não circulantes ou grupos (contendo ativos e passivos) mantidos para venda ou distribuição são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados primariamente por meio de venda ao invés do seu uso contínuo.

Os ativos, ou grupo de ativos, mantidos para venda, são geralmente mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda.

Qualquer perda por redução ao valor recuperável sobre um grupo de ativos mantidos para venda é inicialmente alocada ao ágio, e, então, para os ativos e passivos remanescentes em uma base pro rata, exceto pelo fato de que nenhuma perda deve ser alocada aos estoques, ativos financeiros, ativos fiscais diferidos, ativos de benefícios a empregado, propriedade para investimento e ativos biológicos, os quais continuam a ser mensurados conforme as outras políticas contábeis do Grupo.

As perdas por redução ao valor recuperável apuradas na classificação inicial como mantidos para venda ou para distribuição e os ganhos e perdas de remensurações subsequentes, são reconhecidos no resultado.

Uma vez classificados como mantidos para venda, ativos intangíveis e imobilizado não são mais amortizados ou depreciados, e qualquer investimento mensurado pelo método da equivalência patrimonial não é mais sujeito à aplicação do método.

2.8 Instrumentos financeiros derivativos

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo.

O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de hedge nos casos de adoção da contabilidade de hedge (hedge accounting). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por hedge. O Grupo não adota a contabilidade de hedge (hedge accounting) e reconhece os derivativos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e as variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são subsequentemente, reconhecidas na demonstração do resultado em "Receitas ou despesas financeiras".

2.9 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos ou outro prazo que atenda o ciclo normal de operação do Grupo, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor justo e, subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso da taxa de juros efetiva, deduzidas do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos.

O CPC 48 / IFRS 9 substitui o modelo de ‘perdas incorridas’ da IAS 39 por um modelo de ‘perdas de crédito esperadas’. O novo modelo de redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos de contratos e instrumentos de dívida mensurados ao VJORA, mas não a investimentos em instrumentos patrimoniais. Nos termos do CPC 48 / IFRS 9, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que no CPC 38 / IAS 39.

A avaliação do valor justo é obtida através do cálculo do valor presente dos fluxos de caixa descontados, considerando a melhor taxa compatível com transações de natureza, prazo e riscos do respectivo ativo. A outra premissa chave no cálculo do valor presente é o prazo de recebimento. Utilizamos como premissa o prazo individual de cada nota fiscal faturada. O Grupo reavalia essa metodologia trimestralmente, atualizando suas premissas conforme as práticas comerciais de prazos efetivamente registradas assim como alterações na taxa de desconto aplicada.

2.10 Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método do custo médio de aquisição, calculado a cada nova entrada nos estoques. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

- Matérias-primas - Custo de aquisição segundo o custo médio.
- Produtos acabados e em elaboração - Custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada processo de importação.

A provisão para perda de estoques é constituída em montante considerado adequado pela administração para absorver perdas na realização dos saldos de estoques. A variação da provisão no exercício social é contabilizada na rubrica de custo de mercadorias vendidas.

2.11 Ativos intangíveis

a. Ágio

O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida, (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

b. Marcas registradas e licenças

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. Valores a pagar por licenciamentos são registrados no passivo como "Licenciamentos a pagar". As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as licenças, uma vez que têm vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das licenças durante sua vida útil estimada entre 1 e 5 anos. Para as marcas de vida útil indefinida que não estão sujeitos à amortização, são testados anualmente para a verificação de redução do valor recuperável (Nota 10).

c. Relações contratuais com clientes

As relações contratuais com clientes, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data de aquisição. As relações contratuais com clientes têm vida útil finita e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente que varia de 1 a 5 anos.

d. Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de 1 a 5 anos.

2.12 Imobilizado

O imobilizado é composto por terrenos, edificações, equipamentos, veículos e instalações, e compreendem, principalmente, fábricas, escritórios e ativos utilizados na operação do Grupo. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que resultem em benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados por possuir vida útil indefinida, porém, conforme CPC 01 são testados no mínimo anualmente sobre possibilidade de redução do valor recuperável. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Anos

Edificações próprias	25
Benfeitorias em imóveis de terceiro.....	3 a 5
Equipamentos e instalações	10
Veículos	10
Móveis, utensílios e equipamentos	5 a 10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 11).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores recebidos com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas, líquidas" na demonstração do resultado do exercício.

2.13 Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio e determinadas marcas e terrenos, não estão sujeitos à amortização ou depreciação e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são integralmente agrupados na Technos da Amazônia S.A. ("TASA"), que concentra as principais operações do Grupo. Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação do relatório. Impairment de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

2.14 Fornecedores e licenciamentos a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e licenciamentos a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços ou licenciamentos de marcas que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.15 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo. Custos de transação são contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido do instrumento financeiro emitido, para evidênciação do valor líquido recebido. Os custos de transação de captação não efetivada são reconhecidos como despesa no resultado do período em que se frustrar essa captação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado.

2.16 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa dos recursos financeiros requeridos para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que fossem recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for praticamente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

As provisões de naturezas cíveis, trabalhista, previdenciária e fiscal objeto de contestação judicial são reavaliadas periodicamente, e são contabilizadas com base nas opiniões do Departamento Jurídico interno, dos consultores legais independentes e da Administração sobre o provável desfecho dos processos judiciais nas datas dos balanços.

2.17 Tributação

a. Tributos incidentes sobre receita

As despesas de impostos e contribuições sobre as vendas do Grupo consistem em ICMS alíquota média de 12,5%, PIS e COFINS alíquotas médias de 1,10% (PIS) e 5,00% (COFINS) e ISS alíquota média de 4,5%.

Crédito estímulo do ICMS

A TASA, controlada integral da Companhia, detém benefício de incentivo fiscal de ICMS concedido pelo governo do Estado do Amazonas, sobre determinados produtos incentivados, que corresponde a 55% do valor do ICMS devido, apurado mensalmente na unidade fabril localizada no Distrito Industrial de Manaus - AM. Consequentemente, a despesa com esses tributos registrada na demonstração do resultado como dedução de vendas é contabilizada pelo valor líquido de 45%, portanto, a receita líquida considera tal benefício.

b. Imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas no Brasil. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O Grupo, através de sua controlada TASA, goza de incentivos fiscais do imposto de renda sobre o resultado auferido na comercialização de produtos produzidos na Zona Franca de Manaus. O incentivo fiscal é calculado com base no lucro tributário da atividade (chamado "lucro da exploração"), levando em consideração o lucro operacional dos projetos que são beneficiados pelo incentivo fiscal durante um período fixo. Esses incentivos foram concedidos pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e consistem na redução de 75% de imposto de renda sobre resultado apurado na unidade fabril localizado no Distrito Industrial de Manaus - AM. Não existem obrigações adicionais do Grupo com relação ao benefício fiscal direto do imposto de renda. Consequentemente, a despesa de imposto de renda da TASA é apresentada na demonstração do resultado pelo valor líquido, descontando a parcela do incentivo fiscal realizado.

c. Imposto de renda e contribuição social diferido

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, são contabilizados de acordo com o CPC 25 / IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que o Grupo seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e

- Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

2.18 Benefícios a empregados

a. Participação dos empregados nos lucros

O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em conta o indicador de performance e rentabilidade do Grupo, na forma estabelecida em acordo sindical, e desempenho de cada funcionário ou departamento, mensurada em função do alcance de metas anuais estabelecidas no início de cada exercício. O Grupo reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (constructive obligation). As provisões intermediárias são constituídas com base nas projeções de resultado e do pagamento a ser feito ao final do ano, considerando a parcela desse resultado atual atribuível ao resultado do exercício.

b. Plano de opção de compra de ações - stock options

O Grupo possui planos de remuneração com base em ações a parte de seus executivos, liquidados com ações disponíveis, segundo os quais a Companhia recebe os serviços desses executivos como contraprestação por instrumentos de patrimônio líquido (opções) do Grupo, que somente poderão ser exercíveis depois de respeitados prazos específicos de carência. O valor justo dos serviços do empregado, recebido em troca da outorga de opções, é reconhecido como despesa. O valor total a ser debitado é determinado mediante a referência ao valor justo das opções outorgadas, excluindo o impacto de quaisquer condições de aquisição de direitos com base no serviço e no desempenho que não são do mercado. As condições de aquisição de direitos que não de mercado estão incluídas nas premissas sobre a quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos. O valor total da despesa é reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido (vesting period); período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data do balanço, a entidade revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições de aquisição de direitos que não são do mercado. Esta reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais da quantidade de opções, se houver, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no patrimônio líquido.

Os valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no capital social (valor nominal) e na reserva de ágio, se aplicável, quando as opções são exercidas. As contribuições sociais a pagar em conexão com a concessão das opções de ações são consideradas parte integrante da própria concessão, e a cobrança será tratada como uma transação liquidada em dinheiro.

c. Outros benefícios

O Grupo oferece ainda outros benefícios aos seus funcionários como: assistência médica, seguro de vida, vale refeição ou refeição em refeitório e auxílio educação, independentemente do nível hierárquico. Adicionalmente, de acordo com a localidade do funcionário e seu nível hierárquico, oferecemos benefícios adicionais tais como estacionamento e aparelho de telefonia móvel. As despesas relacionadas a esses benefícios são reconhecidas na demonstração do resultado, quando incorridas.

O Grupo não oferece qualquer tipo de benefício pós-emprego aos seus funcionários.

2.19 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado.

2.20 Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações de tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios do Grupo. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital.

2.21 Reconhecimento da receita

a. Venda de produtos

A receita é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes em suas instalações.

A receita é reconhecida na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada reconhecida não ocorrerá.

Portanto, o valor da receita reconhecida é ajustado para as devoluções esperadas, que são estimadas com base nos dados históricos.

Nessas circunstâncias, um passivo de devolução e um direito de recuperar o ativo a ser devolvido são reconhecidos.

O direito de recuperar as mercadorias a serem devolvidas é mensurado ao valor contábil original do estoque, menos os custos esperados de recuperação. O passivo de reembolso está incluído em outros passivos e o direito de recuperar os produtos devolvidos é incluído em estoques. O Grupo reavalia sua expectativa de devoluções na data do balanço, atualizando os valores do ativo e do passivo.

b. Vendas de serviços

O Grupo presta serviços de assistência técnica para os relógios das marcas sob a sua administração, nas suas diversas unidades espalhadas pelo Brasil.

A receita de prestação de serviços de assistência técnica é baseada em preço fixo e reconhecida no período em que os serviços são prestados.

c. Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (impairment) é identificada em relação a um contas a receber, o Grupo reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento.

Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

2.22 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas informações contábeis do Grupo ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia, que prevê o pagamento de dividendo mínimo obrigatório de 25%. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

2.23 Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas.

Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

2.24 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

2.25 Mudanças nas principais políticas contábeis

CPC 06(R2) / IFRS 16 - Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06/IAS 17 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03/IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

(i) Arrendamentos em que o Grupo é um arrendatário

O Grupo passou a reconhecer novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais (Nota 11 e 14). A natureza das despesas relacionadas àqueles arrendamentos muda porque o Grupo passou a reconhecer um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

O Grupo anteriormente reconhecia uma despesa linear de arrendamento operacional durante o prazo do arrendamento, e reconhecia ativos e passivos na medida em que havia uma diferença temporal entre os pagamentos efetivos de arrendamentos e as despesas reconhecidas.

(ii) Transição

O Grupo aplicou o CPC 06(R2) / IFRS 16 inicialmente em 1º de janeiro de 2019, utilizando a abordagem retrospectiva modificada.

O grupo não identificou ajustes no saldo de abertura que impactasse os lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019.

O Grupo aplicou o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento na transição. Isso significa que aplicou o CPC 06(R2) / IFRS 16 a todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 que eram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17 e a ICPC 03/IFRIC 4.

IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamentos de Impostos sobre o Lucro

Esclarece a contabilização de posições fiscais que ainda não foram aceitas pelas autoridades fiscais. Tanto o IAS - 12/CPC 32 - Tributos sobre o Lucro quanto a nova interpretação IFRIC 23 se aplicam somente ao Imposto de Renda e Contribuição Social. A IFRIC 23 não introduz novas divulgações, mas reforça a necessidade de cumprir os requisitos de divulgação existentes sobre (i) julgamentos realizados; (ii) premissas ou outras estimativas utilizadas; e (iii) o impacto potencial de incertezas que não estejam refletidas nas demonstrações financeiras. O Grupo avaliou e não identificou impactos relevantes em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas decorrente dessa interpretação.

Outras alterações em vigor não são relevantes para o Grupo.

3 Estimativas críticas na aplicação das políticas contábeis

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo:

Perda (*impairment*) estimada de ágio

Anualmente, o Grupo testa potenciais perdas (*impairment*) de ágio e intangíveis de vida útil indefinida, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.13. Os valores recuperáveis dos intangíveis foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas, ou pelo valor justo menos as despesas necessárias a essa venda.

O Grupo utilizou como metodologia para a determinação do valor recuperável, o valor em uso, e comparou com o valor justo, líquido de despesa de venda para fins de determinar qual o valor recuperável para ser utilizado para fins de cálculo do *impairment* do ágio. Os ágios foram alocados a uma única unidade geradora de caixa (UGC).

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o Grupo utilizou para cálculo do valor recuperável o método de fluxo de caixa descontado. O resultado indica valor recuperável inferior ao valor contábil, conseqüentemente foi registrada perda por *impairment* de ágio, conforme detalhado na Nota 10.

Provisão para contingências

As provisões para contingências são registradas e/ou divulgadas, a menos que a possibilidade de perda seja considerada remota pela administração. Essas avaliações e estimativas da administração são realizadas considerando a posição de nossos consultores jurídicos. As contingências estão divulgadas na Nota 16.

O registro contábil de uma provisão para contingência na data das demonstrações financeiras é feito quando o valor da perda pode ser razoavelmente estimado. Por sua natureza, a resolução de uma contingência ocorre quando um ou mais eventos futuros são observados. Tipicamente, a ocorrência desses eventos (tais como decisões judiciais finais) independe da atuação da administração, dificultando a precisão das estimativas contábeis acerca da data de conclusão desses eventos. A avaliação de tais passivos exige a necessidade de estimativas e julgamentos significativos da administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

Provisão para perda e/ou obsolescência de estoques

A provisão para perda e/ou obsolescência de estoques é registrada quando a administração do Grupo avalia que o valor de custo de seus estoques está registrado por valor superior ao seu valor recuperável. A provisão para perda e/ou obsolescência de estoques está descrita na Nota 8.

A análise da recuperabilidade dos saldos de estoques requer uma avaliação criteriosa da administração que avalia, continuamente, a cada data de reporte, a recuperabilidade de seus estoques. O registro de perda de estoques, envolve a avaliação da administração e julgamentos críticos relativos, principalmente, a obsolescência e avaliação do valor de custo ou mercado.

No caso de obsolescência, mensalmente a administração do Grupo, baseada em dados históricos e prognósticos futuros, avalia a necessidade de se complementar ou reverter a provisão para perda por obsolescência.

A administração avalia ainda, o valor dos seus estoques com base no custo ou valor de mercado (recuperável), dos dois o menor. Caso o valor de mercado determinado com base em custo de reposição ou de venda, dependendo de peça em produção ou produto acabado, seja inferior ao valor de custo, o Grupo constitui provisão para perda.

A provisão para perda e/ou obsolescência de estoques é reconhecida na demonstração do resultado como custo dos produtos vendidos/serviços prestados.

Perdas de créditos esperadas para o contas a receber

As perdas de crédito esperadas foram calculadas com base na experiência de perda de crédito real nos últimos três anos.

Foi adotada a abordagem simplificada para o cálculo da provisão para perdas com créditos esperadas (PCE) sobre os recebíveis comerciais, por meio da matriz de provisão, onde são utilizadas as taxas de inadimplência históricas sobre o fluxo de caixa esperado do contas a receber.

Valor justo dos derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir as premissas e se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data de balanço (Nota 26.3).

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Caixa e numerário em trânsito	-	-	1.713	1.113
Depósitos bancários de curto prazo	12	25	8.073	6.730
Operações de renda fixa (a)	-	-	44.323	62.018
	12	25	54.109	69.861

- (a) Os saldos mantidos como equivalentes de caixa são remunerados em média de 95% a 105% do Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), e mantidos em instituições de primeira linha, não possuindo quaisquer restrições ou penalizações por resgates antecipados. A Companhia utiliza tais instrumentos na gestão de caixa, visando atender compromissos de curto prazo.

5 Caixa restrito

Conforme descrito na nota explicativa nº 12 (Empréstimos e Financiamentos), a Companhia obteve um financiamento junto à FINEP (Financiadora de Inovação e Pesquisa) cujos os recursos possuem destino específico e exclusivo. O saldo captado e ainda não utilizado está classificado na rubrica de Caixa Restrito no ativo circulante, possui remuneração média de 100% do CDI e é mantido em instituição de primeira linha. O montante da aplicação financeira é R\$ 6.828 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 7.540 em 31 de dezembro de 2018).

6 Depósito vinculado

O Grupo mantém depósitos vinculados como aplicações em cotas de fundo de investimento vinculadas à conta escrow em garantia ao pagamento de contas a pagar em aquisição societária da Dumont Saab do Brasil, classificadas no ativo não circulante. O montante das aplicações financeiras é de R\$ 4.264 em 31 de dezembro de 2019 (R\$24.164 em 31 de dezembro de 2018) classificadas no ativo não circulante e o montante de contas a pagar é de R\$ 4.656 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 26.163 em 31 de dezembro de 2018) classificado no passivo não circulante.

A conta escrow tem vigência de seis anos a partir de 19 de março de 2013, podendo ser prolongado caso ainda exista a existência de risco de contas pagar.

Em maio de 2019 a parcela da escrow não exposta a risco, no montante de R\$ 19,8 milhões, foi liberada para os vendedores.

As aplicações possuem remuneração média de 100% do CDI, e são mantidas em instituições de primeira linha.

7 Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	2019	2018
Contas a receber de clientes	175.454	200.036
Contas a receber de cartões de crédito	2.554	1.034
Ajuste a valor presente	(1.597)	(2.916)
Provisão para perdas esperadas nas contas a receber de clientes	(21.621)	(37.975)
Contas a receber de clientes, líquidas	154.790	160.179

Abaixo, segue o saldo de contas a receber por prazo de vencimento:

	Consolidado	
	2019	2018
A vencer	152,599	159.300
Vencidos:		
Até 90 dias	4.387	5.987
Entre 91 a 180 dias	2.188	3.241
Acima de 181 dias	18.834	32.425
Contas a receber de clientes	178.008	200.953

O saldo líquido das contas a receber aproxima-se do valor justo e foi apurado com base nos fluxos de caixa descontados, utilizando-se a melhor taxa de desconto, diminuídos da provisão para perdas esperadas nas contas a receber de clientes.

As perdas de crédito esperadas foram calculadas com base na experiência de perda de crédito real nos últimos três anos.

Em junho de 2019 a Companhia realizou operação de cessão de direito creditório, sem direito de regresso, de títulos com prazo médio vencido de 3,6 anos, totalmente provisionados, no montante de R\$ 19,8 milhões, pelo valor de R\$ 648, para os quais efetuou a baixa do contas a receber e a reversão da respectiva provisão para perdas de créditos esperados no valor de 19,5 milhões, conforme demonstrado no quadro abaixo de movimentação da provisão para perda de créditos esperados.

- a) O Grupo realizou o cálculo da taxa de perda de crédito esperada através do modelo simplificado do IFRS 9 considerando os títulos emitidos, vencidos e vincendos, apurando em 31 de dezembro de 2019 uma expectativa de perda de R\$ 21.621 (R\$ 37.975 em 31 de dezembro de 2018).

As movimentações na provisão para perda de contas a receber de clientes do Grupo são as seguintes:

	Consolidado	
	2019	2018
Saldo inicial	37.975	24.688
Provisão para perdas esperadas nas contas a receber de clientes reconhecida no resultado do exercício corrente	3.921	14.327
Baixa de provisão	(20.275)	(1.040)
Saldo contábil	<u>21.621</u>	<u>37.975</u>

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil das contas a receber. O Grupo não mantém nenhum título como garantia e não foi efetuado qualquer desconto de duplicatas.

As contas a receber de clientes são integralmente denominadas em Reais.

8 Estoques

	Consolidado	
	2019	2018
Produtos acabados	107.656	81.083
Produtos em processo	1.878	3.270
Componentes	80.176	71.082
Importações em andamento	10.949	5.765
Direitos de devolução de produtos	605	549
Adiantamentos a fornecedores	5.856	3.085
Provisão para perda de estoque	(84.505)	(49.729)
	<u>122.615</u>	<u>115.105</u>

As movimentações na provisão para valor de realização, que foi constituída em montante considerado adequado pela Administração para absorver perdas na realização dos saldos de estoques do Grupo, são as seguintes:

	Consolidado	
	2019	2018
Saldo inicial	50.278	47.531
Constituição de provisão para perda em estoques	34.227	2.198
Saldo contábil	<u>84.505</u>	<u>49.729</u>

A política de provisão para redução ao valor recuperável de estoques é baseada em dados como (i) excesso de cobertura, (ii) margem e (iii) idade dos itens.

No segundo trimestre de 2019 a Companhia revisou as premissas de estimativas de perdas em seus estoques por obsolescência, alinhando os estoques ao cenário atual de fluxo fabril e ao curso normal dos negócios.

- (a) A revisão de estimativa mencionada acima gerou adição de provisão para obsolescência de estoque no montante de R\$ 34,2 milhões, distribuídos:

Produtos acabados - R\$ 18,0 milhões

Produtos em processo - R\$ 0,3 milhões

Componentes - R\$ 15,9 milhões

9 Investimentos

O Grupo possui as seguintes participações diretas e indiretas:

			<u>Percentual e tipo de participação em %</u>		
Nome			Direta/indireta	2019	2018
TASA	Brasil	Fabricação de relógios	Direta	100	100
TASS	Suíça	Escritório de representação	Indireta	100	100
SCS	Brasil	Comércio varejista	Direta e Indireta	100	100
SCS2	Brasil	Comércio varejista	Indireta	100	100
TOUCH	Brasil	Comércio varejista	Indireta	100	100
MVT	Hong Kong	Importadora e Exportadora	Indireta	100	100

Em 2019 a TASA constituiu a SCS 2 Comércio de Acessórios de Moda Ltda. (SCS 2), controlada em 100%, com atividade varejista de relógios. Considerando que a SCS e SCS 2 realizam a mesma atividade varejista, para otimização da estrutura societária em 30 de setembro de 2019 as sociedades decidiram realizar cisão parcial da SCS seguida de incorporação pela SCS 2, sendo incorporado especificamente a atividade operacional de varejo.

A movimentação dos investimentos é como segue:

	<u>Controladora</u>	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Saldo inicial	458.795	445.456
Equivalência patrimonial	(119.061)	15.914
Ajuste reflexo impacto inicial adoção IFRS 9	-	(4.025)
Participação por ajuste reflexo no patrimônio de subsidiária	25	(47)
Opções de ações - <i>stock options</i>	1.402	1.497
	<u>341.161</u>	<u>458.795</u>

Segue abaixo um sumário das principais informações financeiras das controladas diretas e indiretas do Grupo:

	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Receita	Lucro (prejuízo)
31 de dezembro de 2019					
TASA	708.482	445.931	262.552	305.771	(117.619)
TASS	8	35	(27)	-	-
SCS	89.436	59.389	30.047	23.148	(8.709)
SCS 2	20.927	8.484	12.443	8.074	(228)
TOUCH	246	226	20	-	-
MVT	415	214	201	-	(1.831)
Em 31 de dezembro de 2018					
TASA	789.042	411.670	377.372	298.278	15.251
TASS	8	35	(27)	-	-
SCS	93.824	42.396	51.428	29.933	(9.049)
TOUCH	246	226	20	-	-
MVT	1.238	255	983	-	(1.423)

A conciliação entre o investimento em subsidiárias e o patrimônio líquido e o lucro líquido das subsidiárias é demonstrado a seguir:

	2019	2018
Patrimônio líquido das subsidiárias	305.236	429.776
Menos		
Lucro não realizado em estoque em operações entre subsidiárias	(832)	-
Ajustes em operações entre subsidiárias	-	(85)
Patrimônio líquido de subsidiárias controladas indiretamente	<u>(38.198)</u>	<u>(46.618)</u>
Patrimônio líquido ajustado das subsidiárias	<u>266.206</u>	<u>383.073</u>
Lucro líquido (prejuízo) das subsidiárias	(128.387)	4.779
Menos	-	
Lucro não realizado em operações entre as subsidiárias	-	(203)
Participação entre subsidiárias	<u>9.326</u>	<u>11.338</u>
Prejuízo ajustado das subsidiárias	<u>(119.061)</u>	<u>15.914</u>

10 Intangível

	Consolidado				
	Ágios	Software	Marcas e licenciamentos	Relações contratuais com clientes	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	226.838	8.968	22.461	4.206	262.473
Aquisições	-	3.373	668	640	4.681
Amortização	-	(2.045)	(669)	(2.341)	(5.055)
Em 31 de dezembro de 2018	226.838	10.296	22.460	2.505	262.099
Custo	226.838	18.811	28.140	20.835	294.624
Amortização acumulada	-	(8.515)	(5.680)	(18.330)	(32.525)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	226.838	10.296	22.460	2.505	262.099
Saldo Inicial	226.838	10.296	22.460	2.505	262.099
Aquisições	-	4.985	97	181	5.263
Impairment do ágio	(71.618)	-	-	-	(71.618)
Amortização	-	(1.309)	(482)	(1.512)	(3.303)
Em 31 de dezembro de 2019	155.220	13.972	22.075	1.174	192.441
Custo	226.838	23.796	28.237	21.016	299.887
Amortização acumulada	(71.618)	(9.824)	(6.162)	(19.842)	(107.446)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	155.220	13.972	22.075	1.174	192.441

Em 31 de dezembro de 2019, a amortização do intangível foi alocada da seguinte forma: R\$ 73 (em 2018 - R\$ 66) em "Custo das Vendas", R\$ 2.662 (em 2018 - R\$ 2.692) em "Despesas com vendas" e R\$ 568 (em 2018- R\$2.297) em "Despesas administrativas".

O Grupo não tem marcas amortizáveis por ser ativos de vida útil indefinida. A amortização da rubrica Marcas e licenciamentos alcança somente os intangíveis Licenciamentos.

Aos ativos intangíveis de software e licenciamento e relações contratuais com clientes, exceto os ativos de vida útil indefinida, aplica-se a taxa de amortização anual calculada linearmente entre 20% a 100% ao ano.

Ágios

O ágio determinado na aquisição em 2008 da SD Participações e suas controladas (T1 Participações S.A., posteriormente incorporada por Technos Relógios S.A., esta por sua vez incorporada pela Technos da Amazônia Indústria e Comércio S.A., cujo saldo em 31 de dezembro de 2019 era de R\$123.171) foi calculado como a diferença entre o valor pago e o valor contábil do patrimônio líquido das entidades adquiridas, líquido dos acervos contábeis incorporados. O ágio determinado na época foi fundamentado em rentabilidade futura, e foi registrado no intangível. O ágio foi amortizado até 31 de dezembro de 2008. A partir de 2009, o ágio não é mais amortizado, porém está sujeito a teste anual de *impairment*.

Em 22 de março de 2013, o Grupo adquiriu de Famag Participações S.A. e Roumanos Youssef Saab (pessoa física), em conjunto, "vendedores", 100% do capital votante (e 95,84% do capital total) da Dumont Saab do Brasil S.A. ("Dumont" ou "adquirida"), uma empresa que atua na produção e comércio de relógios, com sede no estado do Amazonas, por R\$182.107, integralmente pago em caixa para os vendedores. O ágio de R\$81.904 que surge da aquisição é atribuível à sinergia a ser obtida com a integração das operações da adquirida às economias de escala esperadas da combinação de suas operações às do Grupo.

Em 24 de julho de 2012 o Grupo, através de suas controladas SCS e a TASA, adquiriu 100% das quotas das seguintes sociedades: (i) Touch Watches Franchising do Brasil Ltda., detentora da marca Touch e franqueadora de 83 pontos de venda de relógios e óculos Touch no Brasil, (ii) Touch da Amazônia Indústria e Comércio de Relógios Ltda., operadora de linha de montagem de relógios na Zona Franca de Manaus, e (iii) Touch Búzios Relógios Ltda., You Time Relógios Ltda., e Touch Barra Comércio de Relógios e Acessórios Ltda., representando três lojas próprias no estado do Rio de Janeiro. O ágio de R\$20.831 que surgiu da aquisição é atribuível basicamente às economias de escala esperadas da combinação das operações do Grupo e das unidades Touch.

Testes de verificação de *impairment* para ativos tangíveis e intangíveis de vida útil indefinida incluindo o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*)

A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos ágios reconhecidos por expectativa de rentabilidade futura com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado para a sua Unidade Geradora de Caixa (UGC). O processo de estimativa do valor em uso envolve a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros e representa a melhor estimativa da Companhia aprovada pela Administração.

Premissas e critérios gerais

Os cálculos de valor em uso utilizam projeções de fluxo de caixa, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Diretoria Executiva. A Companhia estima que o valor justo líquido de despesas de alienação, sejam inferiores ao valor em uso, razão pela qual este foi utilizado para a apuração do valor recuperável.

Para o cálculo do valor recuperável foram utilizadas projeções de volumes de vendas, preços médios e custos operacionais realizadas pelos setores comerciais e de planejamento para os próximos 5 anos, considerando participação de mercado, variação de preços internacionais, evolução do dólar, inflação e PIB, com base em relatórios de mercado. Também foram considerados a necessidade de capital de giro e investimentos para manutenção dos ativos testados.

Conforme o pronunciamento contábil e observando as orientações definidas pela CVM, os cenários utilizados nos testes devem considerar o histórico recente de resultados assim como premissas razoáveis e fundamentadas que representam a melhor estimativa da Companhia para os resultados e a geração de caixa futuros, principalmente considerando um maior foco no *core business* e evidências externas. Estimativas projetadas de negócios adjacentes que representam um maior potencial de crescimento porém associados a um maior risco de execução, como franquias, novos produtos e novas marcas ou licenças foram considerados no modelo levando em consideração os riscos e incertezas quanto ao crescimento inerentes a esses negócios.

As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são como segue:

- Receitas - As receitas foram projetadas entre 2020 e 2024 considerando a evolução do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, considerando um maior foco no core business e em qualificação da venda, com baixa contribuição de negócios incipientes. Também foram consideradas estimativas preliminares de potenciais impactos do COVID-19 no consumo brasileiro em 2020 e na retomada subsequente do mercado de relógios em específico.
- Custos e despesas operacionais - Os custos e as despesas foram projetados com base no orçamento da Companhia de 2020 desconsiderando reestruturações e projetos futuros não iniciados
- Investimentos de capital - Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a infraestrutura necessária para viabilizar a oferta dos produtos, com base no histórico da Companhia.
- Resultado operacional líquido médio: 14,8%
- Crescimento na perpetuidade: 0,5% em termos reais
- Taxa de desconto (WACC): 10,01% em termos reais

As premissas-chave foram baseadas no histórico da Companhia, na estimativa de negócios adicionais, conforme mencionado acima, e consideram também premissas macroeconômicas fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

O teste de recuperação dos ativos tangíveis e intangíveis da Companhia resultou na necessidade de reconhecimento de provisão para perda de ativos (provisão para *impairment*) no total de R\$ 71.618 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, visto que o valor recuperável da UGC calculado com base no valor em uso é menor que o seu valor contábil na data da avaliação.

A perda por desvalorização de ativos foi reconhecida contra o ágio por rentabilidade futura alocado à UGC

Análise de sensibilidade

Se a perpetuidade usada no cálculo fosse 0,5% menor que as estimativas da administração, em 31 de dezembro de 2019, e, da mesma forma, se a taxa de desconto aplicada aos fluxos de caixa descontados fosse 1 p.p. maior que as estimativas da Administração, a provisão para redução ao valor recuperável do ágio seria aproximadamente de R\$ 115 milhões.

A determinação de recuperabilidade dos ágios depende de certas premissas chaves conforme descritas anteriormente que são influenciadas pelas condições macroeconômicas e de mercado vigentes no momento em que essa recuperabilidade é testada e, dessa forma, não é possível determinar se perdas adicionais de recuperabilidade ocorrerão no futuro e, caso ocorram, se estas seriam materiais.

O Grupo continuará monitorando as premissas-chave do segmento de negócio.

11 Imobilizado

	Terrenos	Edificações	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Equipamentos e instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Direito de Uso Ativo	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	137	9.161	4.772	3.623	5.167	12.007	-	34.867
Aquisições	-	344	3.041	1.441	1.777	3.914	-	10.517
Reversão de Impairment	-	-	-	5	-	-	-	5
Alienações - custo	-	(220)	(4.781)	(433)	(1.749)	(1.171)	-	(8.354)
Alienações - depreciação	-	-	4.757	83	372	698	-	5.910
Depreciação	-	(520)	(1.927)	(827)	(547)	(2.406)	-	(6.227)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	137	8.765	5.862	3.892	5.020	13.042	-	36.718
Custo	137	19.979	15.650	12.334	5.993	27.122	-	81.215
Depreciação	-	(11.214)	(9.788)	(8.442)	(973)	(14.080)	-	(44.497)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	137	8.765	5.862	3.892	5.020	13.042	-	36.718
Aquisições	-	416	315	961	350	2.587	7.688	12.317
Transferências - custo	-	-	-	-	(3.766)	-	3.766	-
Transferências - depreciação	-	-	-	-	473	-	(473)	-
Reversão de Impairment	-	-	-	3	-	-	-	3
Alienações - Custo	-	-	(6)	-	(1.412)	(86)	(72)	(1.576)
Alienações - depreciação	-	-	-	-	414	48	20	482
Depreciação	-	(543)	(2.051)	(915)	(303)	(2.646)	(2.494)	(8.952)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	137	8.638	4.120	3.941	776	12.945	8.435	38.992
Custo	137	20.395	15.959	13.298	1.165	29.623	11.382	91.960
Depreciação	-	(11.757)	(11.839)	(9.357)	(389)	(16.678)	(2.947)	(52.967)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	137	8.638	4.120	3.941	776	12.945	8.435	38.992

Em 31 de dezembro de 2019, o montante de despesa de depreciação foi alocado da seguinte forma no resultado do exercício: R\$ 1.907 (em 2018 - R\$ 1.880) em "Custo das vendas", R\$ 5.625 (em 2018 - R\$ 3.022) em "Despesas com vendas" e 1.420 (em 2018 - R\$ 1.325) em "Despesas Administrativas".

Aplica-se a taxa de depreciação a seguir: Edificações, 25% ao ano. Equipamentos e Instalações e veículos, 10% ao ano; Benfeitorias em imóveis de terceiros, de 20% ao ano. Móveis e utensílios, de 20% ao ano. Direito de uso de ativo, 20% a 33% ao ano.

12 Ativos não circulantes mantidos para venda

O grupo é composto por três imóveis residenciais localizados nas cidades do Rio de Janeiro (dois) e São Luís do Maranhão (um) recebido por execução de garantia real de clientes em 2017 e 2019, os quais a Empresa tem a intenção de venda.

No exercício de 2019, não coube redução ao valor recuperável dos ativos, uma vez que os valores de mercado são compatíveis aos valores contábeis dos bens.

13 Empréstimos

Em setembro de 2017, o Grupo obteve empréstimos bancários, junto a bancos de primeira linha, no valor de R\$86.500 (equivalente a US\$27.428), remunerado pela variação cambial mais taxa de juros média de 4,7% ao ano. Esse empréstimo teve fluxo de vencimento até 1º de outubro de 2019. O saldo atualizado dessa dívida em 31 de dezembro de 2018 era de R\$51.673. A dívida será declarada vencida antecipadamente se o quociente de divisão da dívida líquida pelo EBTIDA em dezembro de cada ano for inferior a 3,50 e se o quociente de divisão do EBTIDA pelo resultado financeiro for inferior a 1,50. Para esse último covenant, a Companhia encontra-se em descumprimento entretanto a dívida já está classificada no curto prazo. Esses recursos foram utilizados para liquidar uma dívida captada em setembro de 2015. Essa dívida foi liquidada em outubro de 2019.

Em maio de 2018, o Grupo obteve empréstimo bancário, em moeda estrangeira, junto a banco de primeira linha, no valor de R\$10.198 (equivalente a US\$2.900), remunerado pela variação cambial mais taxa de juros de 4,81% ao ano. Esse empréstimo tem fluxo de vencimento até 13 de abril de 2020. O saldo atualizado da dívida em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 2.462 (R\$ 8.499 em 31 de dezembro de 2018).

Em junho de 2018, o Grupo obteve empréstimo bancário junto à FINEP - Financiadora de Inovação e Pesquisa, no valor total de R\$36.137, remunerado em 100% da TJLP. Em junho de 2018 foi liberada a parcela de R\$ 20.970. Este empréstimo tem fluxo de vencimento até junho de 2027. O restante do saldo será liberado em junho de 2019, R\$ 10.393, e junho de 2020, R\$ 4.774. Saldo atualizado da dívida em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 21.143 (R\$ 20.169 em 31 de dezembro de 2018). O recurso disponibilizado pelo FINEP e ainda não aplicado no projeto é controlado em rubrica de Caixa Restrito no ativo circulante.

Em agosto de 2018, o Grupo obteve empréstimo bancário, em moeda estrangeira, junto a banco de primeira linha, no valor de R\$22.765 (equivalente a US\$5.839), remunerado pela variação cambial mais taxa de juros de 4,48% ao ano. Esse empréstimo será pago em parcela única em 5 de fevereiro de 2020. O saldo atualizado da dívida em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 25.643 (R\$ 23.246 em 31 de dezembro de 2018)

Em julho de 2019, o Grupo obteve empréstimo bancário, em moeda estrangeira, junto a banco de primeira linha, no valor de R\$ 10.000 (equivalente a EUR 2.358), remunerado pela variação cambial mais taxa de juros média de 1,52% ao ano, acrescida de Imposto de Renda de 25%. Esse empréstimo tem fluxo de vencimento até 14 de julho de 2022. O saldo atualizado da dívida em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 10.718.

Em julho de 2019, o Grupo obteve linha de crédito bancário na modalidade de Financiamento de Importação - FINIMP, em reais, junto a banco de primeira linha, no montante de R\$ 9.397 (equivalente a US\$ 2.492), a ser liquidado em reais com remuneração pré-fixada de 8,67% ao ano. Esta linha de crédito tem fluxo de vencimento até 14 de julho de 2022. O saldo atualizado da dívida em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 9.561.

Em agosto de 2019, o Grupo obteve empréstimo bancário, em moeda estrangeira, junto a banco de primeira linha, no valor de R\$ 10.291 (equivalente a US\$ 2.657), remunerado pela variação cambial mais taxa de juros de 1,88% ao ano, adicionada de três meses de libor computada em base de 360 dias. Esse empréstimo tem fluxo de vencimento até 2 de fevereiro de 2022. O saldo atualizado da dívida em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 10.871.

Em agosto de 2019, o Grupo obteve empréstimo bancário, em moeda estrangeira, junto a banco de primeira linha, no valor de R\$ 19.696 (equivalente a EUR 4.700), remunerado pela variação cambial mais taxa de juros média de 1,80% ao ano. Esse empréstimo tem fluxo de vencimento até 14 de julho de 2022. O saldo atualizado da dívida em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 21.226.

Os empréstimos bancários captados no exterior estão 100% protegidos economicamente com swap em reais limitados a variação do CDI, acrescidos em média de 3,1% ao ano, e não foram designados em relação a contabilidade de hedge. Vide maiores detalhes na Nota 25.

Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento:

	Consolidado	
	Empréstimos	Total
Saldo em 1 janeiro de 2019	103.606	103.606
Pagamento de empréstimos	<u>(57.998)</u>	<u>(57.998)</u>
Efeito nas variações de câmbio	<u>3.701</u>	<u>3.701</u>
Novos empréstimos	50.261	50.261
Despesas com juros	5.955	5.955
Juros pagos	<u>(3.573)</u>	<u>(3.573)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>101.952</u>	<u>101.952</u>

	Consolidado		
	Empréstimos	Passivo de arrendamento (a)	Total
Saldo em 1 janeiro de 2018	90.098	1.946	92.044
Recursos provenientes de empréstimos e financiamentos	53.586	1.922	55.508
Pagamento de empréstimos	(53.365)	-	(53.365)
Pagamento de passivos de arrendamento financeiro	-	(1.143)	(1.143)
Efeito nas variações de câmbio	15.186	-	15.186
Novos arrendamentos financeiros			
Despesas com juros	3.850	-	3.850
Juros pagos	(5.749)	(7)	(5.756)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	103.606	2.718	106.324

(a) A Companhia possui:

- (i) Arrendamentos financeiros de veículos (R\$ 2.693 em 31 de dezembro de 2019 e R\$ 2.718 em 31 de dezembro de 2018) que foram reclassificados da rubrica de “Empréstimos e Financiamentos” para a rubrica de “Arrendamento a pagar” após a adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16; e
- (ii) Arrendamentos operacionais de lojas e da sede administrativa (R\$ 4.450 em 31 de dezembro de 2019) que foram constituídos a partir de 1 de janeiro de 2019 em virtude da adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16.

O vencimento dos empréstimos e financiamentos do Grupo, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, é como segue:

	Consolidado	
	2019	2018
Vencimento em 2019	-	59.452
Vencimento em 2020	35.555	25.494
Vencimento em 2021	27.471	2.139
Vencimento em 2022	23.199	3.495
Vencimento em 2023	3.495	3.495
Vencimento em 2024	3.495	3.495
Vencimento em 2025	3.495	3.495
Vencimento em 2026	3.495	3.495
Vencimento em 2027	1.747	1.764
	101.952	106.324

14 Arrendamentos

Na adoção inicial do CPC 06 (R2), a Companhia utilizou a abordagem retrospectiva modificada, já que essa abordagem não exige informação comparativa e o ativo de direito de uso é mensurado pelo mesmo valor do passivo de arrendamento. A norma define que um contrato é ou contém um arrendamento quando transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por determinado período, em troca de uma contraprestação.

Adicionalmente, a Companhia optou por adotar as isenções de reconhecimento previstas na norma para arrendamentos de curto prazo e de baixo valor.

O impacto produzido na demonstração de resultados a partir da adoção do CPC 06 (R2) é a substituição do custo linear com aluguéis (arrendamento operacional) pelo custo linear de depreciação do direito de uso dos ativos objetos desses contratos e pela despesa de juros sobre as obrigações de arrendamento calculadas utilizando às taxas efetivas de captação à época da contratação dessas transações.

A seguir são apresentadas informações sobre o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil utilizados pela Companhia:

Reconhecimento

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente, descontado pela taxa de juros nominal incremental de empréstimo do grupo, bruto de PIS e COFINS e líquido dos seguintes efeitos:

- (a) Pagamentos de arrendamentos variáveis baseados em índice ou taxa;
- (b) Valores pagos pelo arrendatário sob garantias de valores residuais;
- (c) Preço de exercício de uma opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de que irá exercer a opção;
- (d) Pagamentos de multas por rescisão de arrendamento se os termos contratuais contemplarem o exercício da opção por parte do arrendatário; e

Os ativos de direito de uso são mensurados de acordo com os itens a seguir:

- (a) O valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- (b) Quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial ou antes dela menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos; e
- (c) Quaisquer custos diretos iniciais.

Os pagamentos dos arrendamentos de curto prazo, assim como dos arrendamentos de bens de baixo valor, são reconhecidos no resultado como custo ou despesa, pois de acordo com a norma são isentos de tratamento como arrendamento.

Julgamentos críticos na determinação do prazo do arrendamento

Ao determinar o prazo do arrendamento, a administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou de rescisão de um contrato de arrendamento. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de extinção) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado (ou não será extinto).

Essa avaliação é revisada caso ocorra evento ou mudança significativa nas circunstâncias que afete tal avaliação e que esteja sob o controle da arrendatária, cujo efeito financeiro demonstrado abaixo:

14.1 Mutação do direito de uso - Ativo

	Consolidado		2019
	Imóveis operacionais e administrativos		
	Automóveis		Total
Direito de uso			
Saldo em 2018	3.416	-	3.416
Adições - adoção inicial	-	5.194	5.194
Adições por novos contratos	1.342	1.173	2.515
Ajustes por remensuração	-	329	329
Baixas	(72)	-	(72)
Saldo em 2019	4.686	6.696	11.382
Depreciação*			
Saldo em 2018	608	-	608
Adição	114	2.245	2.359
Baixa	- (20)	-	- (20)
Saldo em 2019	702	2.245	2.947
Valor Contábil			
Saldo em 2018	2.808	-	2.808
Saldo em 2019	3.984	4.451	8.435

*A depreciação é conforme o prazo contratual de cada ativo.

14.2 Mutação do arrendamento - Passivo

	Consolidado		2019
	Imóveis operacionais e administrativos		
	Automóveis		Total
Passivo de arrendamento			
Saldo em 2018	2.718	-	2.718
Adições - adoção inicial (a)	-	5.194	5.194
Juros do período	-	398	398
Adições por novos contratos	1.675	-	1.675
Ajustes por remensuração	-	1.608	1.608
Contraprestações pagas	(1.700)	(2.750)	(4.450)
Saldo em 2019	2.693	4.450	7.143
Classificação			
Passivo circulante	1.493	1.897	3.390
Passivo não circulante	1.200	2.553	3.753

14.3 Contratos por prazo e taxa de desconto

O cálculo das taxas de desconto foi realizado com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, considerando os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade do Grupo. Considerando o perfil dos contratos o Grupo utilizou taxa única para o fluxo de um a cinco anos

Prazos contratos	Taxa % a.a.
Até 5 anos	9,5%

14.4 Maturidade dos contratos

A Companhia apresenta no quadro abaixo a análise do vencimento dos passivos de arrendamento:

Vencimento das prestações	
2020	3.210
2021	1.573
2022	1.847
2023	377
2024	136
Saldo dos passivos de arrendamento em 31/12/2019	7.143

14.5 Fluxos contratuais por prazos e taxas de desconto

O cálculo das taxas de desconto foi realizado, com base na taxa básica de juros nominal prontamente observável, ajustada pelo risco de crédito da Companhia, aos prazos dos contratos de arrendamento. Considerando o perfil dos contratos o Grupo utilizou taxa única para o fluxo,

A Companhia apresenta no quadro abaixo a análise do vencimento dos passivos de arrendamento comparando as projeções com base nos fluxos nominais e reais em 31 de dezembro de 2019:

Prazos de pagamento	Consolidado	
	Imóveis	Veículos
2020	1.863	1.442
2021	1.241	419
2022	1.231	832
2023	449	-
2024	164	-
Fluxo nominal total dos pagamentos futuros	4.948	2.693
Encargos financeiros embutidos	(498)	
Fluxo real total dos pagamentos futuros	4.450	2.693
Circulante	1.897	1.493
Não Circulante	2.553	1.200

14.6 PIS/COFINS

Atualmente, a companhia possui contratos de arrendamento de imóveis e de veículos, que são geradores de crédito de PIS/COFINS, com base na legislação tributária vigente. O quadro a seguir é um indicativo dos créditos a serem recuperados:

	Nominal	Ajustado valor presente
Fluxos de caixa		
Contraprestação do arrendamento	5.962	5.459
PIS/Cofins potencial (9,25%)	551	505

15 Fornecedores

	Consolidado	
	2019	2018
Fornecedores nacionais	15.881	14.367
Fornecedores estrangeiros	17.984	13.397
Fornecedores estrangeiros com convênio (i)	49.523	27.683
	83.388	55.447

- (i) O Grupo possui convênios por meio de cartas de crédito relacionados a pagamentos com instituições financeiras que atuam como avalistas garantindo o pagamento de determinadas compras de matérias primas de produção. Através destes convênios os fornecedores também tem a possibilidade de antecipar seus recebíveis referentes a produtos vendidos à Companhia, diretamente com as instituições financeiras. Nos referidos convênios, cabe ao fornecedor optar ou não pela cessão, e cabe às instituições financeiras decidirem por adquirir ou não os referidos créditos, sem interferência do Grupo. A utilização dos convênios não implica em qualquer alteração dos títulos emitidos pelo fornecedor, sendo mantidas as mesmas condições de valor original e prazo de pagamento da negociação original com o fornecedor, que gira de 90 a 360 dias, prazo que se enquadra no ciclo operacional recorrente do Grupo.

- (ii) Adiantamento a fornecedores

O Grupo efetuou adiantamento ao fornecedor Mormaii - Indústria e Comércio, Importação e Exportação de Artigos Esportivos Ltda a ser deduzidos do pagamento dos royalties futuros. Saldo em 31 de dezembro de 2019 de R\$ 4.250 (em 2018 R\$ 5.000).

16 Provisão para contingências

	Consolidado			
	Tributárias	Trabalhistas e previdenciárias	Outras provisões	Total
Em 31 de dezembro de 2017	21.985	626	2.782	25.393
Provisão no exercício	1.182	768	16.538	18,488
Reversão de provisão	(2.392)	(52)	(1.044)	(3.488)
Em 31 de dezembro de 2018	20.775	1.342	18.276	40.393
Em 31 de dezembro de 2018	20.775	1.342	18.276	40.393
Provisão no exercício	16.168	2.018	1.835	20.021
Reversão de provisão	(2.388)	(769)	(2.619)	(5.776)
Em 31 de dezembro de 2019	34.555	2.591	17.492	54.638

a) Natureza das contingências

O Grupo é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos.

A natureza das obrigações pode ser sumariada como segue:

Tributárias

Referem-se, substancialmente, aos impostos devidos na baixa de provisão de estoque obsoleto, tais como Imposto de Importação, IPI e ICMS, entre outros.

A variação em 31 de dezembro de 2019 das contingências tributárias tem como origem principal o efeito tributário apurado sobre a adição de provisão para obsolescência de estoque. Vide Nota 8.

Trabalhistas e previdenciárias

Consistem, principalmente, em reclamações de colaboradores vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões.

No que se refere aos prazos de conclusão dos processos, a maioria dos processos provisionados referem-se a matérias de natureza tributária para os quais estimamos prazos médios de realização para esses passivos, geralmente, num horizonte de 3 a 5 anos.

Cíveis

Consistem, basicamente, em relação a demandas da atividade operacional ordinária do Grupo que são, geralmente, resolvidos em prazo de 1 a 3 anos.

b) Perdas possíveis

O Grupo tem ações de natureza tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	Consolidado	
	2019	2018
Tributário	57.376	30.259
Trabalhista	3.253	54
Cível	3.499	805
	64.128	31.118

c) Movimentação dos depósitos judiciais

	Consolidado	
	2019	2018
Saldo inicial	4.961	3.961
Depósitos judiciais no exercício	319	3.726
Depósitos baixados no exercício	(53)	(3.013)
Atualização monetária	293	287
	5.520	4.961

17 Tributos

a) **Imposto de renda e contribuição social diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os seus respectivos valores contábeis. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são em sua maioria de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

O imposto de renda contribuição social diferidos em de 31 de dezembro de 2019 e 2018 referem-se a:

Saldos ativos (passivos)	Consolidado	
	2019	2018
Benefício fiscal de incorporação	(65.245)	(89.595)
Provisão baixa estoque obsoleto	13.548	23.597
Variação cambial ativa	20.668	20.922
Variação cambial passiva	(25.583)	(22.461)
Opções em ações	8.495	8.018
Ajuste a valor presente	543	875
Prejuízo fiscal	15.500	10.263
Outros ativo	27.761	40.055
Outros passivo	(18.900)	(24.061)
	<u>23.213</u>	<u>(32.387)</u>
Imposto diferido ativo	86.515	57.980
Imposto diferido passivo	<u>(109.728)</u>	<u>(90.367)</u>
	<u>(23.213)</u>	<u>(32.387)</u>

O imposto diferido sobre a provisão para baixa de estoque do almoxarifado de matéria prima obsoleto foi reduzida até o seu valor recuperável tendo em vista a estimativa da Companhia quanto a realização dessa diferença temporária.

Os valores dos ativos de imposto diferido serão realizados conforme tabela abaixo. Os impostos diferidos passivos referem-se em sua maioria, basicamente, a diferença no tratamento da amortização fiscal do ágio. Sua realização se dará na ocasião de eventual registro de perda por *impairment* do ágio ou na alienação do investimento que deu origem ao referido ágio.

	2020	2021	2022	2023	2024	2025 a 2029	Total
Expectativa de realização anual dos impostos diferidos	31.093	10.191	5.837	8.334	17.266	13.794	86.515

b) Imposto de renda e contribuição social nas informações contábeis consolidadas do resultado

	Consolidado	
	2019	2018
Imposto de renda e contribuição social diferidos:		
Crédito de prejuízo fiscal e base negativa	5.237	5.897
Realização de crédito fiscal de incorporação	-	(27.389)
(Geração) estorno de diferenças temporárias	(20.413)	34.514
Efeito temporário sobre <i>impairment</i> de ágio	24.350	-
Total do imposto diferido	9.174	13.022
(Despesa) Receita de imposto de renda e contribuição social apresentadas na demonstração do resultado	9.174	13.022

A conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro contábil pela alíquota fiscal local nominal nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é conforme segue:

	Consolidado	
	2019	2018
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(131.828)	1.347
Alíquota nominal dos tributos - %	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais	44.822	(458)
Créditos de prejuízos fiscais e base negativa não reconhecidos	(4.883)	(5.111)
Efeitos da tributação por método diferente do lucro real	-	10.065
Provisões indedutíveis - efeitos temporários	(27.345)	(1.002)
Créditos de exercícios anteriores com expectativa de recuperação	(3.420)	9.528
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	9.174	13.022
Diferidos	9.174	13.022
	9.174	13.022
Alíquota efetiva - %	7,0%	966,7%

c) Impostos a pagar

	Consolidado	
	2019	2018
ICMS e IPI a pagar	2.115	4.480
PIS/COFINS a pagar	1.332	1.407
PIS/COFINS a pagar - PERT	1.852	2.411
ISS a pagar	85	85
Outros	50	16
	5.434	8.399
IR e Contribuições retidos na fonte a pagar	923	903
Passivo circulante	3.582	6.442
Passivo não circulante	1.852	1.957

d) Impostos a recuperar

	Consolidado	
	2019	2018
ICMS e IPI a recuperar	15.044	13.518
INSS a recuperar	115	217
IR e CSL a recuperar	5.834	4.646
PIS e COFINS a recuperar	53.118	61.284
Outros impostos a recuperar	1.482	1.450
	75.593	81.115
Ativo circulante	38.249	15.032
Ativo não circulante	37.344	66.083

18 Contas a pagar - Cessão de direitos creditórios

A Companhia mantinha registrado direitos creditórios tributários nas rubricas de impostos a recuperar e outros ativos.

No ano de 2018, por atender os requerimentos da política contábil, foi reconhecido na rubrica de outras receitas e receitas financeiras um novo direito creditório no valor de R\$ 58.363 decorrente do transito em julgado do referido processo e por consequência foi provisionado os honorários advocatícios no montante de R\$ 5.836.

Adicionalmente, a Companhia tinha ações de indêbitos tributários adicionais às mencionadas acima, as quais por não atenderem aos conceitos de “praticamente certo” não foram registradas por representarem ativos contingentes.

Em 27 de dezembro de 2018 a Companhia (“Cedente”) cedeu direitos creditórios referentes aos ativos registrados no balanço e também parte do ativo contingente a terceiro (“Cessionário”) no montante de R\$ 27.750 (“preço de aquisição”), decorrente de determinadas ações de indêbitos tributários e outros, visando à condenação da União e Autarquias, por cobrança indevida de impostos e taxas administrativas. Além do preço de aquisição, a Companhia fará jus a pagamentos adicionais referentes a esses direitos creditórios desde que atenda determinadas condições de performance quando do exercício da opção de recompra citada no parágrafo seguinte.

Concomitante à lavratura do instrumento financeiro de cessão dos direitos tributários, o Cedente e Cessionário também assinaram instrumento financeiro de opção de recompra de direitos creditórios onde o Cedente tem direito, mas não a obrigação, de eventualmente adquirir, parcelas dos créditos cedidos relacionado a um processo especificamente que foi reconhecido o ganho em 2018 decorrente do transito em julgado, conforme mencionado acima.

Em decorrência da cessão dos direitos creditórios, ativos contingentes e a opção de recompra de um dos direitos creditórios, tivemos os seguintes impactos no último trimestre de 2018:

- (a) Recebimento de caixa de R\$ 27.750 decorrente da venda dos direitos creditórios.
- (b) Custo financeiro de juros no reconhecimento da obrigação a pagar no fluxo do exercício da opção de recompra, reconhecido na rubrica de despesas financeiras no montante de R\$ 13.201.
- (c) Obrigações futuras a pagar a valor presente decorrente do exercício da opção de recompra, no montante de R\$ 32.561, reconhecida na rubrica de outras contas a pagar.
- (d) Deságio na cessão dos direitos creditórios no montante de R\$ 19.498, reconhecido na rubrica de outras despesas.
- (e) Ganho na venda de ativo contingente dos tributos e obrigações no montante de R\$3.544, com impacto na rubrica de outras receitas.

No segundo semestre de 2019, foram recomprados créditos no montante de R\$ 9.222 de recompra.

19 Patrimônio líquido

19.1. Capital autorizado e subscrito

O capital autorizado do Grupo é de 100.000.000 de ações ordinárias sem valor nominal definido em estatuto.

Em 31 de dezembro de 2019 o capital social é representado por 78.506.215 (em 31 de dezembro de 2018, 78.506.215) ações ordinárias totalmente integralizadas, todas nominativas e sem valor nominal.

19.2. Ações em tesouraria

As operações de recompra são realizadas a valor de mercado no pregão da BM&FBOVESPA.

Em 31 de dezembro de 2019 o montante de R\$11.208 (R\$11.208 em 31 de dezembro de 2018) registrado em ações em tesouraria corresponde à compra de 1.207.800 (1.207.800 em 2018) ações ao preço médio unitário de R\$9,28.

19.3. Gastos com emissão de ações

Reserva formada na abertura do capital da Companhia, com pedido protocolado na Comissão de Valores Mobiliários em 04 de maio de 2011.

19.4. Reservas de Capital

Reserva de capital constituída com captação de recursos através de oferta pública de ações realizada em 5 de julho de 2011.

19.5. Reservas de capital e opções outorgadas

Reserva constituída através de opção de recebimento de prêmios baseados em ações, disponibilizada a alguns executivos da TASA e SCS (diretores, presidente do conselho, gerentes e coordenadores).

19.6. Reserva legal e dividendo mínimo obrigatório e dividendo adicional proposto

a) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

b) Dividendo mínimo obrigatório

Conforme o estatuto social, a Companhia distribuirá, como dividendo obrigatório em cada exercício social, o percentual mínimo previsto e ajustado nos termos da legislação aplicável de 25% do lucro ajustado.

c) Dividendo adicional proposto

Reserva de dividendo adicional proposto ainda pendente de deliberação em assembléia geral.

d) Lucro (prejuízo) por ação

(i) *Básico*

O lucro (prejuízo) básico por ação do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas do Grupo, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pelo Grupo e mantidas como ações em tesouraria.

	2019	2018
Lucro (prejuízo) do exercício	(122.654)	14.369
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	77.298	77.298
Lucro (prejuízo) básico por ação em R\$	<u>(1,5868)</u>	<u>0,1859</u>

(ii) Diluído

O lucro líquido (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. O Grupo possui somente uma categoria de ações ordinárias potenciais diluídas: opções de compra de ações. Para as opções de compra de ações, é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação do Grupo), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em circulação.

O Grupo não apresentou diferenças no cálculo do resultado básico e diluído por ação em 31 de dezembro de 2019 e 2018 em virtude das ações ordinárias potenciais reduzirem prejuízo por ação das operações continuadas. Conforme definido no CPC 41 - Resultado por ação, estas ações possuem efeito antidilutivos.

19.7. Ajuste de avaliação patrimonial

Em 14 de maio de 2010, o Grupo por meio de sua controlada SD Participações, adquiriu 10,04% de participação no capital total e votante na controlada TASA, sendo que o excedente pago em relação ao valor patrimonial das ações foi registrado como transação de capital diretamente no patrimônio líquido.

Em 27 de fevereiro de 2015 a controlada TASA resgatou o total de ações preferenciais emitidas, detidas por participação não controladora. As operações geraram efeitos contábeis registrados diretamente no patrimônio líquido como "Ajuste de avaliação patrimonial".

19.8. Reserva de lucros - incentivos fiscais reflexos

Com base no Art. 195-A da Lei das S.A., o Grupo destinou para reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente do lucro na exploração da sua subsidiária TASA, e esse montante foi excluído da base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório. Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia utilizou parte dessa reserva para aborção de prejuízos acumulados.

19.9. Reserva de lucros a realizar

Com base no Art. 197 da Lei das S.A. o lucro líquido da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, deduzido da reserva legal de 5%, foi destinado a constituição de reserva de lucro a realizar, devido ao reconhecimento contábil de ganho oriundo de registro de créditos tributários que serão realizados futuramente. Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia utilizou essa reserva para aborção de prejuízos acumulados.

20 Plano de opção de compra de ações - stock options

A opção de recebimento de prêmios baseados em ações é disponibilizada a alguns executivos da TASA e SCS (diretores, presidente do conselho, gerentes e coordenadores), controladas direta do Grupo e da própria controladora, pela emissão de ações da Technos S.A. Baseada nas normas descritas no CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, as Companhias reconhecem o resultado de compensação da participação concedida aos executivos, proporcionalmente, com base no período determinado de sua permanência no Grupo e no valor justo do instrumento patrimonial outorgado apurado na data da mensuração. A determinação do valor justo da ação requer julgamento, que inclui estimativas para a taxa de juros livre de riscos, volatilidade esperada, prazo de duração da opção, dividendo e perdas esperadas. Caso algumas dessas premissas variem significativamente das informações atuais, o pagamento baseado em ações pode ser impactado.

O número de opções disponibilizadas é fixo e pré-determinado no momento da concessão das mesmas. As opções têm um prazo máximo de exercício de 7 anos (vesting period), sendo que cada executivo tem a obrigação de utilizar um percentual mínimo de sua remuneração variável e de seus dividendos para o exercício, o que reduz o prazo médio efetivo de exercício. O preço de exercício das opções é ajustado anualmente por Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) + 3% a 7% ou pela taxa CDI.

O valor justo médio das opções concedidas é determinado com base no modelo de avaliação Black-Scholes.

Os dados significativos incluídos no modelo de avaliação das opções concedidas são: preço médio ponderado da ação na data da concessão, apurado com base na cotação dos trinta últimos pregões, com até 10% de desconto, base para estabelecimento do preço de exercício na data de cada programa.

O preço de exercício será corrigido pelo IPCA+3% ao ano ou pela taxa do CDI, desde a data de cada programa até a data de exercício da opção.

Do preço de exercício será descontado o valor de dividendos deliberados entre a data de cada programa e a data de exercício da opção.

A volatilidade é baseada na própria volatilidade de negociação das ações do Grupo no mercado

Aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária em 26 de abril de 2012, limitado a emissão de 2.500.000 ações ordinárias, contemplando diretores, gerentes e coordenadores do Grupo. O preço da ação no exercício é atualizado pelo IPCA mais juros de 3% ao ano. Para este plano foram gerados o 1º programa com opção de compra de 1.122.500 ações, vigente até 30 de abril de 2019, 2º programa com opção de compra de 600.000 ações, vigente até 17 de janeiro de 2020, e o 3º programa com opção de compra de 340.000 ações, vigente até 15 de abril de 2020.

Aprovado em Assembleia Geral Extraordinária em 7 de julho de 2015 o plano 01/2015, limitado a emissão de 1.500.000 ações ordinárias, contemplando diretores, conselho de administração, gerentes e coordenadores do Grupo. O preço da ação no exercício é atualizado pela taxa CDI. Para este plano foi gerado o programa PL 01/2015 com opção de compra de 1.500.000 ações, vigente até 08 de julho de 2020.

Aprovado em Assembleia Geral Extraordinária em 07 de julho de 2015 o plano 02/2015, limitado a emissão de 1.700.000 ações ordinárias, contemplando diretores, conselho de administração, gerentes e coordenadores e outros funcionários que participem da gestão do Grupo. O preço da ação no exercício é atualizado pela taxa CDI. Para este plano foram gerados o 1º programa com opção de compra de 1.150.000 ações, 2º programa com opção de compra de 300.000 ações e o 3º programa com opção de compra de 250.000 ações, vigentes até 8 de julho de 2020.

Aprovado em Assembleia Geral Extraordinária em 29 de abril de 2016 o plano 01/2016, limitado a emissão de 500.000 ações ordinárias, contemplando diretores, conselho de administração, gerentes e coordenadores do Grupo. O preço da ação no exercício é atualizado pela taxa CDI. Para este plano foi gerado o programa PL 01/2016 com opção de compra de 500.000 ações, vigente até 16 de junho de 2021.

A despesa reconhecida referente a serviços de funcionários recebidos durante o exercício está demonstrada na tabela abaixo:

	Consolidado	
	2019	2018
Despesas de opções de compra de ações no exercício	1.426	1.607
	1.426	1.607

A tabela a seguir apresenta o número (Nº) e média ponderada do preço de exercício (WAEP) e o movimento das opções de ações durante o exercício:

	Consolidado			
	2019		2018	
	Nº	WAEP	Nº	WAEP
Saldo inicial	3.235	14,61	5.225	7,47
Expiradas durante o exercício	(3.235)		(1.990)	-
Saldo Final	-	22,53	3.235	14,61

21 Receita líquida

	Consolidado	
	2019	2018
Faturamento Bruto com IPI	391.582	387.642
IPI sobre receita	(2.357)	(2.192)
Vendas brutas de produtos e serviços	389.225	385.450
Devoluções e cancelamentos	(10.859)	(21.950)
Ajuste a valor presente sobre as vendas	(7.482)	(7.305)
Impostos sobre vendas	(55.732)	(51.517)
Ajuste a valor presente dos impostos sobre vendas	1.073	1.018
Receita líquida	316.225	305.696

As vendas de serviços historicamente não ultrapassam 0,5% do total das vendas brutas de produtos e serviços.

O valor referente a incentivos fiscais de ICMS reconhecidos no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 é R\$ 12.850 (R\$ 14.173 em 2018).

22 Custo e despesa por natureza

O Grupo optou por apresentar a demonstração do resultado consolidado por função e apresenta a seguir o detalhamento por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Matéria-prima, mercadoria e materiais de uso e consumo	-	-	141.888	112.739
Frete e armazenagens	-	-	15.170	14.373
Provisão para baixa de estoque obsoleto	-	-	32.965	2.383
Gastos com pessoal	1.206	1.080	86.059	95.318
Serviços Prestados por terceiros	242	215	42.663	41.955
Impostos e taxas	133	104	1.594	1.421
Aluguel de imóveis e equipamentos	-	-	2.019	4.388
Depreciação, amortização e <i>impairment</i>	-	2	10.664	7.370
Provisão para redução ao valor recuperável do ágio (<i>impairment</i>)	-	-	71.618	-
Opções de compra de ações - <i>stock options</i>	22	109	1.425	1.607
Amortização valor justo aquisição Dumont	-	-	-	1.894
Participação no resultado	-	-	341	-
Outras despesas	2.001	121	36.464	25.150
	3.604	1.631	442.870	308.598
Classificado como				
Custo dos produtos vendidos	-	-	206.982	159.038
Despesas de vendas	-	-	103.839	95.945
Perda por redução a valor recuperável de contas a receber	-	-	3.828	13.287
Despesas administrativas	1.814	1.522	39.589	35.189
Provisão para redução ao valor recuperável do ágio (<i>impairment</i>)	-	-	71.618	-
Outras despesas operacionais, líquidas	1.790	109	17.014	5.139
	3.604	1.631	442.870	308.598

23 Resultado financeiro

	Consolidado	
	2019	2018
Despesas financeiras		
Empréstimos e financiamentos	(5.864)	(5.514)
Perdas em derivativos	(1.849)	(2.987)
Variação cambial	(24.662)	(43.124)
Outras despesas financeiras	(6.581)	(4.871)
Descontos concedidos	(6.563)	(22.128)
	(45.519)	(78.624)
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras e depósitos vinculados	3.362	2.924
Ganhos em derivativos	5.923	17.960
Outras receitas financeiras	22	21
Receitas financeiras - reversão AVP	7.686	12.035
Juros de mora	4.412	26.146
Variação cambial	18.931	23.787
	40.336	82.873
Resultado financeiro	5.183	4.249

24 Transações com partes relacionadas

a) Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui diretores e gerentes. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da Administração, por serviços de empregados está apresentada a seguir:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Salários e encargos dos gerentes	9.610	10.618
Remuneração e encargos da diretoria	8.977	5.969
Opções de ações	1.426	1.607
	<u>20.013</u>	<u>18.194</u>

b) Operações realizadas entre empresas controladas

Em 2019 a TASA vendeu produtos para a SCS e SCS2 no montante de R\$ 24.800 (R\$ 25.348 em 2018, para a SCS).

Em de 31 de dezembro de 2019, a TASA apresenta saldo de contas a receber da SCS por fornecimento de mercadoria no valor de R\$ 62.842 (R\$ 36.922 em 31 de dezembro de 2018). Por adiantamento de obrigações da TASA por conta do saldo de contas a pagar de fornecimento de mercadorias a SCS registra outras contas a receber da TASA no valor de R\$ 45.546 (R\$ 29.530 em 31 de dezembro de 2018).

24.1 Controladora

Exceto pelo valor de dividendos a receber registrado em 31 de dezembro de 2019 no montante de R\$ 3.376 (R\$ 5.093 em 31 de dezembro de 2018) da controlada TASA, não existe qualquer outro valor de transações com partes relacionadas.

25 Instrumentos financeiros derivativos

a) Mercado futuro de dólar (*forward*) e *swap* cambial CDI X USD

O Grupo, com o objetivo de reduzir sua potencial exposição a oscilações na taxa de câmbio R\$/US\$ utilizada para liquidação de suas importações e de seus empréstimos captados em moeda estrangeira, contrata operações de instrumentos financeiros derivativos de mercado futuro de dólar e swap cambial CDI X USD BRL.

O valor justo total de um derivativo é classificado como ativo ou passivo circulante ou não circulante e a contrapartida é registrada na demonstração de resultado nas rubricas de "Receitas e/ou despesas financeiras".

É importante ressaltar que a utilização de derivativos cambiais se restringe tão somente à proteção do valor contratado e estimado de compras de fornecedores estrangeiros nos seis meses subsequentes e de empréstimos captados em moeda estrangeira.

Qualquer variação na cotação do US\$ que vier a causar perda nos investimentos derivativos tende a ser compensado por ganho na liquidação dos câmbios relacionados a compras de fornecedores estrangeiros.

Os valores de referência (notional) dos contratos de mercado futuro de dólar em aberto em 31 de dezembro de 2019 corresponde a R\$ 61.992, equivalentes a US\$ 15.380 (R\$66.780, equivalente a US\$17.234 em 31 de dezembro de 2018) e o de swap em reais corresponde a R\$ 60.455 (R\$ 78.489 em 31 de dezembro de 2018). Adicionalmente o efeito no resultado do exercício das duas operações em 31 de dezembro de 2019 correspondeu R\$ 1.856 (R\$ 11.950 em 31 de dezembro de 2018). O risco provável para fins de análise de sensibilidade tem como referência a cotação do dólar em 31 de março de 2019. O risco provável do swap em reais tem como base a cotação do CDI acumulado até 31 de dezembro de 2019.

b) Análise de sensibilidade

31 de dezembro de 2019							
Cenário							
	Ativo	Passivo	Valor de referência	Risco	Provável	25%	50%
Derivativo cambial	2.541	(972)	61.992	Desvalorização do US\$	(2.655)	(18.153)	(33.651)
Swap em reais - CDI	518	(230)	60.455	Aumento da taxa interna de juros	(60.455)	(61.089)	(62.036)
31 de dezembro de 2018							
Cenário							
	Ativo	Passivo	Valor de referência	Risco	Provável	25%	50%
Derivativo cambial	3.378	(883)	66.780	Desvalorização do US\$	3.506	(13.189)	(29.884)
Swap em reais - CDI	9.750	(295)	78.489	Aumento da taxa interna de juros	(78.489)	(79.295)	(80.098)

No cenário provável é considerada a taxa de fechamento de câmbio do último dia do mês de encerramento do exercício.

26 Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

26.1. Fatores de risco financeiro

O Grupo possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

a) Risco de mercado

(i) *Risco cambial*

O risco associado decorre da flutuação da taxa de câmbio do período compreendido entre a data da compra (encomenda) e a data de liquidação. As importações são integralmente liquidadas num período máximo de 365 dias entre a data de embarque e a data de liquidação do contrato de câmbio.

Para se proteger dessas oscilações, o Grupo se utiliza de instrumentos financeiros derivativos de mercado futuro de dólar a fim de travar o câmbio para parte de suas compras, se protegendo, dessa forma, das oscilações cambiais. O Grupo não aplica contabilidade de *hedge*.

(ii) *Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros*

Os ativos do Grupo que estão sujeitos a taxas de juros fixas são representados pelos saldos de contas a receber de clientes que possuem características de financiamentos, mensurados a valor justo por meio do resultado, e as aplicações financeiras que são remuneradas com taxas variáveis de juros com base na variação da taxa de certificado de depósito interbancário.

O risco de taxa de juros do Grupo decorre de empréstimos de longo prazo, vinculados às taxas variáveis de juros, especificamente à taxa média diária dos depósitos interbancários (DI). A política do Grupo tem sido em manter os empréstimos em taxas variáveis de juros. Durante 2019 e 2018 os empréstimos do Grupo às taxas variáveis eram mantidos em reais.

A Administração do Grupo considera que o Certificado de Depósito Interbancário (CDI) é uma taxa livremente praticada no mercado, e por isso, todos os agentes estão, de alguma forma direta ou indiretamente, sujeitos à ela. A Administração não considera o risco de taxa de juros crítico em suas operações.

b) Risco de crédito

A política de vendas do Grupo considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas e limites individuais de posição, bem como criteriosa análise de crédito com base em dados internos do histórico do cliente e fontes externas de consultas, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

c) Risco de liquidez

É o risco do Grupo não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

A Administração monitora as suas projeções de recebimentos e pagamentos diários, a fim de evitar descasamentos imprevistos. Além disso, o Grupo conta com linhas de crédito imediatamente disponíveis em bancos de primeira linha, que poderão ser utilizados numa eventual necessidade.

Para gerenciar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Technos e os passivos financeiros derivativos do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Consolidado			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco Anos
Em 31 de dezembro de 2019				
Empréstimos e financiamentos	42.238	31.946	34.025	9.511
Contas a pagar por aquisição societária	1.103	4.656	-	-
Salários e encargos sociais	6.496	-	-	-
Fornecedores e outras obrigações	110.639	16.070	-	-
Arrendamento a pagar	3.390	1.573	2.180	-
Em 31 de dezembro de 2018				
Empréstimos e financiamentos	59.452	25.494	9.129	12.249
Contas a pagar por aquisição societária	1.103	26.163	-	-
Salários e encargos sociais a pagar	6.956	-	-	-
Fornecedores e outras obrigações	63.046	38.555	-	-

26.2. Gestão do capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

O Grupo monitora o capital com base em índices de alavancagem financeira. Um desses índices é a proporção entre dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado e incluindo também valores a pagar por aquisição de participação de não controladores), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O patrimônio líquido corresponde ao valor constante do balanço ao final do exercício.

Em 31 de dezembro de 2019 a dívida líquida do Grupo monta R\$ 47.843 e corresponde a 13,9% do patrimônio líquido (em 31 de dezembro de 2018, R\$ 36.463, equivalendo a 7,8% do patrimônio líquido).

O endividamento tem como origem relevante a captação de recursos aplicada na aquisição da Dumont.

O capital não é administrado no nível da Controladora, somente no nível consolidado.

26.3. Valor justo dos ativos e passivos financeiros

Consolidado em 31 de dezembro 2019

	Categoria:	Classificação:	Valor Justo	Valor Contábil
Ativo financeiro:				
Caixa e equivalente de caixa	Custo Amortizado	Nível 2	54.109	54.109
Caixa restrito	Custo Amortizado	Nível 2	6.828	6.828
Depósitos vinculados	Custo Amortizado	Nível 2	4.264	4.264
Contas a receber de clientes	Custo Amortizado	Nível 2	154.790	154.790
Instrumentos financeiros derivativos	Valor Justo pelo Resultado - VJR	Nível 2	3.059	3.059
Outros ativos financeiros	Custo Amortizado	Nível 2	11.863	11.863
Passivo financeiro:				
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	Nível 2	101.952	101.952
Arrendamento a pagar	Custo amortizado	Nível 2	7.143	7.143
Fornecedores	Custo Amortizado	Nível 2	83.388	83.388
Valor a pagar por aquisição societária	Custo amortizado	Nível 2	5.759	5.759
Instrumentos financeiros derivativos	Valor Justo pelo Resultado - VJR	Nível 2	1.203	1.203

Consolidado em 31 de dezembro 2018

	Categoria:	Classificação:	Valor Justo	Valor Contábil
Ativo financeiro:				
Caixa e equivalente de caixa	Custo Amortizado	Nível 2	69.861	69.861
Caixa restrito	Custo Amortizado	Nível 2	7.540	7.540
Depósitos vinculados	Custo Amortizado	Nível 2	24.164	24.164
Contas a receber de clientes	Custo Amortizado	Nível 2	160.179	160.179
Instrumentos financeiros derivativos	Valor Justo pelo Resultado - VJR	Nível 2	13.128	13.128
Outros ativos financeiros	Custo Amortizado	Nível 2	12.334	12.334
Passivo financeiro:				
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	Nível 2	106.324	106.324
Fornecedores	Custo Amortizado	Nível 2	55.447	55.447
Valor a pagar por aquisição societária	Custo Amortizado	Nível 2	27.266	27.266
Instrumentos financeiros derivativos	Valor Justo pelo Resultado - VJR	Nível 2	1.178	1.178

Nível 2 - Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), esteja próxima de seus valores justos. O valor justo das contas a receber, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para o Grupo para instrumentos financeiros similares.

Nível 2 - O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas do Grupo. A análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM está apresentada na Nota 21.

Nível 2 - As taxas de juros de empréstimos e financiamento são pré-fixadas e estão consistentes com as praticadas no mercado.

Nível 1 - Caixa e equivalentes de caixa, contas a pagar a fornecedores, adiantamentos e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

O Grupo aplica CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

26.4. Instrumentos financeiros por categoria

	Consolidado		
	Ativos mensurados a valor justos	Custo amortizado	Total
31 de dezembro de 2019			
Ativos, conforme o balanço patrimonial:			
Depósitos vinculados	-	4.264	4.264
Contas a receber de clientes	-	154.790	154.790
Caixa e equivalente de caixa	-	54.109	54.109
Caixa restrito	-	6.828	6.828
Instrumentos financeiros derivativos	3.059	-	3.059
Outros ativos financeiros	-	11.863	11.863
	3.059	231.854	234.913

Consolidado			
	Passivos mensurados a valor justo	Outros passivos financeiros	Total
31 de dezembro de 2019			
Passivos, conforme o balanço patrimonial:			
Fornecedores	-	83.388	83.388
Empréstimos	-	101.952	101.952
Arrendamento a pagar		7.143	7.143
Valor a pagar por aquisição de participação societária	-	5.759	5.759
Derivativos - <i>swap</i>	1.203	-	1.203
	<u>1.203</u>	<u>198.242</u>	<u>199.445</u>

Consolidado			
	Ativos mensurados a valor justos	Custo amortizado	Total
31 de dezembro de 2018			
Ativos, conforme o balanço patrimonial:			
Depósitos vinculados	-	24.164	24.164
Contas a receber de clientes	-	160.179	160.179
Caixa e equivalente de caixa	-	69.861	69.861
Caixa restrito	-	7.540	7.540
Instrumentos financeiros derivativos	13.128	-	13.128
Outros ativos financeiros	-	12.334	12.334
	<u>13.128</u>	<u>274.078</u>	<u>287.206</u>

Consolidado			
	Passivos mensurados a valor justo	Outros passivos financeiros	Total
31 de dezembro de 2018			
Passivos, conforme o balanço patrimonial:			
Fornecedores	-	55.447	55.447
Empréstimos	-	106.324	106.324
Valor a pagar por aquisição de participação societária	-	27.266	27.266
Derivativos - <i>swap</i>	1.178	-	1.178
	<u>1.178</u>	<u>189.037</u>	<u>190.215</u>

26.5. Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou provisionados (*impaired*) pode ser avaliada mediante referência às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	Consolidado	
	2019	2018
Contrapartes sem classificação externa de crédito		
Clientes nacionais	138.176	141.636
Clientes regionais e locais (Magazines)	16.331	18.039
Outros	283	504
Total de contas a receber de clientes	154.790	160.179
Conta corrente e depósitos bancários e depósitos vinculados (a)		
AAA	63.677	100.451
	63.677	100.451

- (a) Classificação extraída através do relatório da agência classificadora Fitch Ratings Brasil Ltda. O Grupo somente utiliza instituições financeiras com *rating* de AAA para as suas operações com instrumentos financeiros derivativos (Nota 21).
- Clientes nacionais - clientes de abrangência nacional, na maioria das vezes com grandes redes de pontos de venda atendendo o território nacional sem histórico de perda.
 - Clientes regionais e locais - clientes de abrangência regional ou local, com um ou alguns pontos de venda concentrados na mesma região com eventuais históricos de atraso e baixos níveis de perda.
 - Outros - clientes *giftline* e outros que não possuem histórico de relacionamento recorrente com o Grupo e não têm como atividade fim a comercialização de relógios.

O Grupo efetua a análise de crédito com base principalmente, no histórico de pagamentos do cliente. O limite de crédito é determinado de forma individual, e leva em consideração a sua capacidade financeira, o histórico de pagamento e o volume de compras efetuadas nos últimos 12 meses. Para os clientes novos, o Grupo recorre à consulta de histórico de crédito junto às agências de avaliação de crédito (SERASA, SPC, entre outras).

Para os clientes adimplentes, desde que respeitados os limites de crédito, as vendas são efetuadas automaticamente. Para os clientes que já figuraram como inadimplentes, a autorização das vendas é feita manualmente com base em análise individual, até que o histórico de crédito seja restabelecido. Nenhum dos ativos financeiros adimplentes foi descontado no último exercício.

27 Seguros

Em 31 de dezembro de 2019, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 3.806 de cobertura básica de automóvel, R\$ 65.600 para danos materiais, R\$ 53.000 para danos corporais, R\$ 530 para morte, R\$ 530 para invalidez, R\$ 12.720 para danos morais, R\$ 44.000 para lucros cessantes e R\$ 5.000 para responsabilidade civil e profissional.

O Grupo também utiliza seguro sem cobertura fixa que é acionado ao longo do trânsito de mercadoria importada.

28 Eventos subsequentes

a) Captação de empréstimos

Em 7 fevereiro de 2020, o Grupo obteve empréstimo bancário, junto a banco de primeira linha, no valor de R\$25.000 (equivalente a US\$5.886), remunerado pela variação cambial mais taxa de juros média de 4,25% ao ano. Esse empréstimo tem fluxo de vencimento até 27 de janeiro de 2022.

Em 6 fevereiro de 2020, o Grupo obteve empréstimo bancário, junto a banco de primeira linha, no valor de R\$15.000 (equivalente a EUR3.202), remunerado pela variação cambial mais taxa de juros média de 2,07% ao ano. Esse empréstimo tem fluxo de vencimento até 23 de janeiro de 2023.

Estes empréstimos estão 100% protegidos economicamente com swap em reais limitado ao CDI, acrescido em média de 2,8% ao ano.

b) Impactos do COVID-19

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. Em 13 de março a OMS considerou o coronavírus como uma Pandemia . O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes nas demonstrações financeiras futuras.

Em 10 de março de 2020, a Comissão de Valores Mobiliários - CVM emitiu o OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/n.º 02/2020 no qual destaca a importância de as Companhias Abertas considerarem cuidadosamente os impactos do COVID-19 (“Coronavírus”) em seus negócios e reportarem nas demonstrações financeiras os principais riscos e incertezas advindos dessa análise, observadas as normas contábeis aplicáveis.

Os impactos do COVID-19 no cenário econômico e em especial nas operações da Companhia ainda não podem ser totalmente dimensionados. Porém a Companhia entende que este cenário de grande incerteza também representa um risco adicional ao processo de *turnaround* pelo qual a Companhia vem passando.

Em linhas gerais, o COVID-19 traz impactos para a Companhia tanto do ponto de vista da força de trabalho, quanto do lado da oferta e da demanda para a comercialização de marcas, produtos e serviços.

Sobre o impacto na força de trabalho, a Companhia conta com uma base de colaboradores fixos e temporários locados em todo o território nacional, com maior concentração laboral na fábrica em Manaus e na sede administrativa no Rio de Janeiro. A empresa conta também com colaboradores locados em uma rede de lojas físicas próprias de outlets, em filiais administrativas e de vendas e em postos de assistência técnica.

Do lado da oferta, a Companhia considera baixo o risco de restrição no abastecimento de seus produtos no curto prazo decorrente da crise do COVID-19. Apesar do atraso de aproximadamente um mês na reabertura das fábricas após o ano novo chinês, a maioria dos fornecedores asiáticos da Companhia já estão atualmente com suas operações ativas. Além disso, a Companhia trabalha com cobertura de estoque de segurança que a permite passar por eventuais rupturas de curto prazo no suprimento de seus fornecedores estrangeiros sem impacto relevante no abastecimento aos seus clientes.

Do lado da demanda, tendo em vista a já observada redução da atividade econômica mundial e no Brasil, a nova pandemia do coronavírus provavelmente impactará a Companhia na demanda por seus produtos, na atividade de seus clientes, e na capacidade dos referidos clientes de cumprir prazos e termos de pagamento junto à Companhia. A empresa tem uma rede de distribuição bastante pulverizada e de baixa concentração com aproximadamente 9 mil clientes ativos em todo o território nacional, incluindo grandes magazines, lojas especializadas, atacadistas e lojas de e-commerce. Portanto, dada a característica fragmentada da rede de distribuição da Companhia, o risco acima mencionado associado à demanda e à inadimplência dependerá do perfil e característica de cada revendedor.

Adicionalmente, outro ponto de preocupação é a volatilidade do câmbio, uma vez que aproximadamente 75% do custo da Companhia são denominados em moeda estrangeira. A Companhia trabalha com uma política de hedge que a protege de oscilações de curto prazo, porém a manutenção do câmbio em patamar muito desfavorecido para o real por um período prolongado pode representar uma dificuldade a mais na estratégia de recuperação de margem bruta da Companhia. A Companhia busca contrapor os aumentos de dólar por meio não só do hedge financeiro, mas também por meio da redução do custo fabril e aumento seletivo de preços como evidenciado no último trimestre de 2019.

Dados todos os riscos acima mencionados, a projeção de receitas e dos fluxos de caixa operacionais da Companhia para o ano de 2020 será revisada oportunamente, podendo haver, em caso extremo, a necessidade de reconhecimento de perdas que podem ser relevantes.

Para enfrentar o cenário desafiador decorrente da pandemia de COVID-19, a Companhia criou um comitê de crise e adotou ações importantes em duas frentes visando preservar a saúde de nossos colaboradores e também preservar a saúde da Companhia.

Na frente de preservar a saúde do colaborador, seguem alguns exemplos não exaustivos abaixo:

- Comunicação ativa e campanha de conscientização com todos os colaboradores;
- Reforço da higiene e limpeza na fábrica, lojas e escritórios;
- Isolamento de grupos de risco;
- Suspensão de viagens internacionais e eventos;
- Redução de viagens nacionais e reuniões externas ao mínimo necessário;
- Adoção do trabalho remoto (home office) para muitos dos colaboradores;
- Disponibilização de ferramentas para reuniões e interações virtuais;
- Fechamento das lojas físicas próprias.

Na frente de preservar a saúde da Companhia, com foco primordial na preservação do caixa, seguem alguns exemplos não exaustivos abaixo:

- Renegociações de prazos de pagamentos com muitos de nossos fornecedores nacionais e estrangeiros;
- Redução do volume de compras junto a nossos fornecedores internacionais, adequando a cadeia de suprimentos a nova realidade de demanda;
- Adequação do nosso plano fabril considerando o fechamento temporário da fábrica e o balanço atual do nosso estoque entre matéria prima e produto acabado;
- Adequação de nossa cobertura atual de estoque para cobrir a maior parte das vendas re-estimadas para o ano;
- Redução e contingenciamento de despesas fixas e variáveis. Eliminação de novos investimentos de curto prazo não essenciais;
- Reforço nas atividades de análise de crédito e cobrança;
- Planejamento para a redução expressiva do quadro de funcionários fixos e temporários com o objetivo de reduzir despesas salariais no curto prazo;
- Adoção de jornada parcial de trabalho de lideranças com respectiva redução salarial e adoção de banco de horas e férias antecipadas, em linha com atual legislação.

Importante ressaltar que, considerando a grande incerteza das variáveis, a Companhia continua estudando medidas adicionais que poderão vir a ser necessárias nas próximas semanas conforme tenhamos maior clareza do cenário associado ao surto do COVID-19, tendo sempre como prioridade a preservação da saúde de nossos colaboradores e também de nossa empresa.

* * *

Joaquim Pedro Andrés Ribeiro
Diretor Presidente

Hélio Borges Apolinário
Contador CRC-RJ 044965/O-9

Daniela de Campos Pires Denne
Diretor Financeiro